



---

# INFÂNCIA, RELAÇÕES DE GÊNERO E RELIGIÃO: UM DEBATE NECESSÁRIO

Priscila Kikuchi Campanaro\*

## RESUMO

Este artigo aborda algumas experiências de quando trabalhei com o tema da Sociologia da Infância e as relações de gênero em um curso de extensão, promovido pela Universidade Metodista de São Paulo no ano de 2013. Traz, também, algumas reflexões sobre a alteração do texto do Plano Nacional de Educação (PNE) em 2014 que exclui a palavra gênero na diretriz sobre combate à discriminação devido, à pressão de grupos religiosos presentes no Congresso Nacional. A partir dessa articulação pretendo evidenciar a importância de considerar a infância como um campo de análise importante para os estudos de gênero, articulados com as questões da religião e educação.

**Palavras-Chave:** Infância; Gênero; Religião.

## CHILDHOOD, GENDER RELATIONS, AND RELIGION: A NECESSARY DEBATE

## ABSTRACT

This article approaches some experiences from my work with the theme of Sociology of Childhood and gender relations in an extension course, sponsored by the Methodist University of São Paulo in 2013. Also it brings some reflections on the National Education Plan (PNE) text change in 2014 that excludes the word gender from the guidelines to combat discrimination, due to pressure from religious groups present in the National Congress. From this joint plan I intend to highlight the importance of considering the child as an important field of analysis for articulated gender studies with the issues of religion and education.

**Keywords:** Childhood/ Gender/ Religion

---

\* Doutoranda em Ciências da Religião, na área de Religião, Sociedade e Cultura, pela Universidade Metodista de São Paulo, com pesquisa específica sobre Direitos Reprodutivos, Aborto e Religião. Possui Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais pelo Centro Universitário Fundação Santo André (2004-2007), Bacharelado em Teologia, pela Universidade Metodista de São Paulo (2008 - 2011).



## INFANCIA, RELACIONES DE GÉNERO Y RELIGIÓN: UN DEBATE NECESARIO.

### RESUMEN

En este artículo se trata de articular la experiencia adquirida cuando trabajabava con el tema de la Sociología de las relaciones de la infancia y de género en un curso de extensión patrocinado por la Universidad Metodista de Sao Paulo en 2013. Apresento también algunas reflexiones sobre el cambio de texto en el Plano Nacional de Educação (PNE) en 2014 que excluye la palabra género en la política de lucha contra la discriminación, debido a la presión de grupos religiosos presentes en el Congreso Nacional. A partir de este plan pretendo poner em destaque la importancia de considerar la niñez como un importante campo de análisis para los estudios de género articuladas con el tema de la religión y la educación.

**Palabras clave:** Infancia; Género; Religión.

### INTRODUÇÃO

No ano de 2013 fui convidada para fazer parte de um grupo de professoras que iriam promover um projeto de extensão via EAD (Educação à Distância) intitulado *Do que as crianças brincam? Brincadeiras tradicionais e culturas: imaginação, territórios e infâncias*.

Na ocasião fui a professora responsável por trabalhar o tema das *Brincadeiras e as relações de gênero e étnico-raciais*. Neste artigo pretendo compartilhar alguns referenciais teóricos com os quais tive contato durante a elaboração desta temática no projeto, articulado com a perspectiva do meu campo específico de pesquisa, que é gênero e religião, evidenciando as possíveis contribuições para a análise do universo infantil.

Por isso, a minha proposta deste artigo é trazer uma abordagem de gênero a partir da cultura infantil e apresentar este tema a partir daqueles e daquelas que estão sofrendo, diretamente, em seu processo de crescimento, as investidas conservadoras de diversas instituições sociais, em especial da religião, mais especificamente as religiões cristãs, das escolas e do Estado: as crianças.



## 1. AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA INFÂNCIA

A compreensão da criança como um ser social, capaz de produzir história é bastante recente. Antigamente as crianças foram tratadas como “mini-adultos”, que ajudavam nas tarefas domésticas, no cuidado com a lavoura. Não havia a noção da infância como um momento específico e importante para os seres humanos como um todo. Aliás, a importância das crianças numa família se dava porque elas eram a prova da virilidade dos homens.

A criança só foi considerada protagonista de sua cultura no Brasil em 1920, a partir do estudo de Deise Arenhart sobre as *Trocinhas do Bom Retiro* (Deise ARENHART, 2012 ). A infância, a partir daí, começou a ser entendida pela sociologia como uma cultura que reflete uma realidade distinta a partir das relações das crianças. É importante ressaltar que a sociologia da infância reconhece o caráter interseccional (gênero, classe, etnia) que envolve o universo infantil. Pode-se dizer, então que, mediante o processo de desenvolvimento da cultura da infância, as relações de gênero aparecem como parte constitutiva da capacidade das crianças.

No texto *Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na educação infantil*, Daniela Finco (2003) observa crianças de 4 a 6 anos de uma Escola Municipal de Educação Infantil em Campinas – SP, com maior atenção na maneira como elas brincam entre si e, em especial, como as relações entre meninos e meninas se tecem no ato do brincar, pois a criança constrói cultura no ato de brincar.

Finco (2003) ressalta que há uma carência muito grande de pesquisas mais aprofundadas sobre o tema das relações de gênero e infância principalmente a partir da práxis infantil, isto é, as pesquisas existentes possuem uma visão adultocêntrica do universo infantil. Ou seja são adultos falando sobre a infância, a partir do olhar “de cima para baixo” que estes possuem sobre a infância.

Em sua análise, Daniela Finco deixa evidente que as brincadeiras entre meninas e meninos desta escola de Campinas apresentavam atitudes de transgressão aos papéis de gênero estabelecidos (Daniela FINCO, 2003. p. 92). Segundo a autora, nas brincadeiras coletivas acontecia o revezamento de papéis de gênero se assim fosse necessário, o que deixa evidente que, para a criança naquela faixa etária, a busca

por um companheiro/a para brincar independe do sexo (Daniela FINCO, 2003. p. 94).

A transgressão realizada pelas crianças da mencionada instituição também se mostrou em suas atitudes com os brinquedos. Apesar de determinados brinquedos possuírem significados culturais que definem o que é um brinquedo de menina e o que é um brinquedo de menino, as crianças daquela escola, de acordo com a observação de Daniela Finco, brincavam com os brinquedos com os quais eles/elas tinham vontade naquele momento, não se importando com os significados culturais que os mesmos carregavam (Daniela FINCO, 2003. p. 97).

Pode-se dizer então que o ato de brincar constrói uma cultura de transgressão às normas de gênero do mundo adulto. Constatar isso nos faz reconhecer um potencial do universo infantil que precisa ser valorizado para repensar-se as práticas educativas não somente no universo escolar, mas, também em outros ambientes nos quais as crianças são socializadas.

Diante disso, é importante destacar que o sexismo aparece de maneira mais cristalizada no mundo dos adultos. É por isso que o sexismo vai sendo aprendido pelas crianças conforme vão crescendo e participando mais deste universo. Esse fato nos indica o caráter não natural do sexismo. Isto quer dizer que meninas e meninos apreendem a partir das representações sociais presentes na sociedade. As crianças não possuem “essencialmente práticas sexistas em suas brincadeiras.” (Daniela FINCO, 2003, p.95).

Sendo o sexismo algo que as crianças aprendem a partir do mundo adulto, não podemos deixar de mencionar o papel das/os profissionais de educação infantil, dos pais e mães, familiares e, se for o caso, de algum grupo religioso neste processo de aprendizagem.

A escola que Daniela Finco analisou nos faz deduzir que o corpo de profissionais daquele local foi orientado a deixar as crianças livres no seu momento de brincadeiras. Supõe-se que não exista locais ou/e brinquedos designados especificamente para meninas e meninos. Mas, sabemos que essa não é uma realidade comum. Muitas escolas reproduzem a classificação do que é de menina e do que é de menino no espaço escolar. Em casa as crianças veem de que maneira seus pais se



relacionam no que diz respeito ao trabalho doméstico. Algumas religiões igualmente reforçam os papéis desiguais de gênero, como é o caso do cristianismo e, também, em outras culturas e religiões.

As instituições de socialização mais próximas das crianças como a escola, a família, e a religião são importantes espaços de formação das crianças. De acordo com Daniela Finco (2003), muitas possuem mecanismos sutis que constroem a diferença entre os sexos. Existe uma vigilância familiar, escolar e até religiosa nos primeiros anos de vida da criança no que tange a garantia da “manutenção da masculinidade hegemônica”. É importante ressaltar que estas instituições de socialização das crianças não são neutras. Elas participam da construção da identidade e das primeiras relações das crianças (Daniela FINCO, 2013, p. 92-93).

Todo esse processo de aprendizagem é internalizado, objetivado e exteriorizado a partir de questionamentos em relação ao que um pode e a outra não pode fazer e vice e versa. Em *Gênero e Infância: a noção de alteridade nas representações sociais de meninos e meninas*, Fabiana Souza (2008) mostra, a partir dos depoimentos de meninos e meninas, como o discurso deles/as transgridem e transcendem as diferenças sociais. De acordo com a autora, isso é um “reflexo de um lento processo que permite entender como as meninas e os meninos se relacionam de acordo com questões de gênero” (Fabiana SOUZA, 2008, p.162).

Sobre esta questão, em relação às meninas, Fabiana Souza (2008, p.162) destaca:

Atente-se, por exemplo, que elas (as crianças), expressam o seu desejo de romper com alguns enquadramentos de papéis de gênero, os quais se entrelaçam com os fortes dispositivos de poder: “Eu queria me transformar em menino para poder bater”; “Transformar-me em homem seria bom porque os homens sempre querem mandar em tudo”. Nesse sentido, esses dados podem fornecer indicadores das concepções das crianças e mostram como elas variam o comportamento de gênero, não aceitando que as identidades sejam padronizadas.

E no que se refere aos meninos:

É por via de um olhar interpelador que os meninos enunciam diferentes mensagens: “elas [meninas] podem brincar de muitas coisas que nós meninos não podemos”; “o melhor de ser menina é poder brincar de boneca, andar de patins, se maquiar”; “o pior de ser menina é que elas não podem brincar com as amigas na rua, elas tem que lavar a louça e limpar a casa”. Conforme se pode observar em suas falas a identidade dos meninos forma-se pela existência da alteridade, de um poder que constrói e desconstrói as interações sociais (Fabiana SOUZA, 2008, p. 164).

As citações mencionadas acima nos mostram como as crianças, ao observar as relações de gênero no mundo adulto, vão aprendendo com elas. Vale ressaltar que as crianças não estão assistindo de maneira passiva. Elas, à sua maneira, elaboram, reelaboram e reproduzem o que estão aprendendo com as pessoas adultas à sua volta. E vão se dando conta de que aquilo que não era tão importante, como o sexo do/a coleguinha com quem ele/a vai brincar, a cor do brinquedo passa a ter uma importância fundamental.

Em suma, neste tópico vimos que a sociologia da infância realizada numa perspectiva de gênero nos coloca em contato com potencialidade das crianças de construir cultura a partir do ato de brincar. Esse brincar estabelece entre meninas e meninos relações de gênero que podem ser estabelecidas de maneiras mais livres. Sendo assim, o sexismo é aprendido a partir das representações sociais e reforçado pelas instituições que socializam as crianças na escola, família e religião.

Diante do que foi exposto aqui percebemos que falar de gênero não somente nas escolas, mas, também nas demais instituições nas quais as crianças estão inseridas é uma tarefa emergente e urgente. Em especial quero destacar a urgência de abordar este tema a partir da religião. Isso porque, nos últimos tempos, temos visto inúmeras investidas de grupos religiosos que não medem esforços de excluir a temática da igualdade de gênero na educação.

O tópico seguinte aborda, especificamente, as implicações de gênero e infância para os estudos de religião tendo com premissa a alteração do texto do Plano Nacional de Educação no ano de 2014.



## 2. RELIGIÃO, GÊNERO E EDUCAÇÃO: O CASO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE) E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA VIDA DAS CRIANÇAS

No dia 25 de julho de 2014 foi sancionado o Plano Nacional de Educação contendo diretrizes e metas educativas para este mesmo ano até 2020. De acordo com Maria José Rosado Nunes (2014) no texto *Gênero: uma questão incômoda para as religiões*, a trajetória do PNE foi longa e conturbada por conta da diretriz sobre o combate às desigualdades raciais, regionais, de gênero e orientação sexual em seu texto inicial. O texto que especificava as desigualdades que se pretendia combater com tal diretriz não passou. Setores conservadores e religiosos presentes no Congresso Nacional fizeram pressão, o texto foi alterado e ficou da seguinte maneira: “A superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação” (Maria José ROSADO NUNES, 2014. p. 129).

Segundo Maria José Rosado-Nunes (2014) os grupos religiosos, mais especificamente os católicos e evangélicos, foram os principais atores neste processo de retirada do termo gênero, pois, para esse grupo, este termo representa uma ameaça à família e à sociedade brasileira.

Para que essa pressão fosse realmente expressiva, este grupo se preocupou em propagar conceitos distorcidos e equivocados sobre o que significa gênero na sociedade civil e, principalmente, entre pessoas que professam a fé cristã. Esse discurso distorcido e carregado de pânico foi batizado por esse grupo como Ideologia de Gênero.

Joan Scott (1995) é a autora do texto *Gênero, uma categoria útil para a análise histórica*, que se tornou um clássico na área por ser um dos primeiros textos a explicar, de maneira expandida, o que é Gênero e como podemos compreender este termo como categoria de análise social. Gênero, como categoria analítica, é um instrumental que revela que as relações desiguais entre mulheres e homens são socialmente construídas. Assim sendo, rejeita-se todos os tipos de argumentos que justificam essa desigualdade somente pelas diferenças biológicas.

De acordo com Joan Scott (1995, p. 86) “Gênero é o elemento constitutivo das relações sociais baseados nas diferenças percebidas entre os sexos, a forma primeira de significar relações de poder”. Sendo assim,

as relações entre mulheres e homens foram constituídas historicamente a partir de relações de poder, de uma hierarquia que privilegia o sexo masculino em detrimento do sexo feminino. Essa desigualdade construída socialmente, mas, que é ensinada como uma característica natural pelas escolas, sacralizada como vontade de Deus, especialmente pelas religiões cristãs e legitimada por um Estado conservador e patriarcal, é que deve ser entendida como Ideologia de Gênero.

Segundo Maria José Rosado-Nunes, os grupos religiosos, católicos e evangélicos, alegam que gênero é um sistema ideológico, destruidor da natureza e que acarreta no apagamento das diferenças naturais entre mulher e homem (ROSADO-NUNES, 2014. p. 136-137).

De maneira especial, as religiões que derivam do cristianismo fundamentaram as suas teologias clássicas no controle do corpo e na hierarquia dos sexos. Logo, o incômodo que este termo causa para estes grupos religiosos reside no fato de que, através dele, não é possível mais sustentar o argumento de que as diferenças sexuais determinam os lugares sociais, pois elas não fazem parte da natureza humana. O dispositivo discursivo que legitima e sacraliza as desigualdades e os papéis de gênero é destruído. Por isso a fúria dos grupos religiosos contra as concepções de gênero enquanto categoria de análise social.

Todo esse debate político-religioso em torno da questão de gênero tem apresentado grandes tensões e questionamentos sobre o caráter laico do Estado brasileiro. Porém, é preciso reconhecer que as questões de gênero, educação e religião perpassam o cotidiano das crianças desde sempre.

Através das análises feitas nos textos apresentados, foi possível identificar o quanto meninos e meninas vivenciam as suas relações de gênero de maneira livre nos primeiros anos de sua infância. Constatar este dado, como já foi dito anteriormente é deparar-se com uma possibilidade muito enriquecedora de manter essa liberdade em todo o processo de aprendizagem e crescimento.

A partir do universo do brincar, que é o seu lugar de produção cultural, as crianças possuem uma certa liberdade em estabelecer relações de gênero fora do marco regulatório presente na sociedade. Elas transgridem, transcendem estes marcos e conseguem assim desenvolver



a sua criatividade para além dos padrões estabelecidos. Cercear essa liberdade é o mesmo que destruir a capacidade e as possibilidades de meninos e meninas de serem produtores de sua cultura.

Não falar de gênero nas escolas, nos ambientes familiares e nas religiões, não só perpetuam as desigualdades entre mulheres e homens, perpetuam as demais injustiças sociais e desconsidera todo o universo infantil como uma cultura. Reprime toda a capacidade de criação e de transgressão de meninas e meninos. Restringe o universo infantil a uma mera reprodução dos preconceitos e das desigualdades.

Sendo assim, discutir gênero significa refletir sobre as práticas educacionais cotidianas e, com isso, remexer e atribuir novos significados à nossa própria história. As questões que envolvem gênero estão evidentes em nossa sociedade. Diante de tudo que foi exposto posso dizer que são as crianças que estão sofrendo mais com as tensões daí decorrentes. Reportagens sobre agressões e violência contra crianças, que envolvem questões de identidade de gênero, têm aparecido de maneira recorrente nos noticiários, o que não nos permite ignorar a importância da incorporação da infância como lugar de reflexão e pesquisa para os estudos de gênero.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como mencionei no começo deste artigo, o que me provocou elaborá-lo foi a experiência que tive com o curso de extensão. Particularmente, foi um desafio para falar sobre gênero na perspectiva infantil, um desafio que exigiu um esforço de minha parte em correr atrás de conhecimento sobre esta temática. Mas, todo o esforço foi válido. É uma temática que precisaria ser mais valorizada nos estudos de gênero, não só no âmbito da educação, mas, também, no campo das Ciências Sociais e, porque não, das Ciências da Religião.

O caso do PNE nos mostra que a relação entre gênero, religião e educação é muito estreita. As religiões também são espaços muito significativos de socialização e de aprendizagem para as crianças. Em alguns casos a religião é o segundo espaço de aprendizagem da criança, depois da família. O que elas aprendem neste âmbito está carregado de sentido para as suas vidas, pois a religião é produtora de sentido e significado.



Em determinadas igrejas é muito comum ver crianças pequenas cantando a seguinte canção:

(Meninas)

Sou uma florzinha de Jesus,  
Sou uma florzinha de Jesus.  
Abro minha boquinha para cantar.  
Fecho os meus olhinhos para orar.  
Sou uma florzinha de Jesus.  
De Jesus.

(Meninos)

Sou um soldadinho de Jesus.  
Sou um soldadinho de Jesus.  
Abro minha boquinha para cantar.  
Fecho os meus olhinhos para orar.  
Sou um soldadinho de Jesus.  
De Jesus.<sup>1</sup>

Através dessa letra já é possível identificar de que maneira as meninas e os meninos aprendem os seus papéis de gênero. Na perspectiva da canção para as meninas lhes é reservada a delicadeza e a candura, aos meninos, o poder e a disciplina. A relação entre infância, gênero e religião está presente no cotidiano das crianças e antecede o PNE. Ela perpassa a vida delas e as constitui como cidadãs que irão perpetuar ou transformar as relações entre meninos e meninas/mulheres e homens. Diante disso, torna-se praticamente inadmissível não considerar a importância dos estudos sobre infância e gênero nos estudos de religião.

A experiência de falar sobre este assunto no curso de extensão e, agora, através deste artigo, foi gratificante e, particularmente, provocou-me profundamente como pesquisadora na área de gênero e religião.

## REFERÊNCIAS

- ARENHART, Deise. . Contribuições de Florestan Fernandes ao estudo das culturas infantis. **Sociologia da Educação**, v. 2, p. 57-78, 2012.
- FINCO, Daniela. Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na educação infantil. **Revista Pro-Posições**, v.14, n. 3, p. 90, (só 90?) set/dez. 2003.

---

<sup>1</sup> Disponível em : [https://www.youtube.com/watch?v=oPCVm53a\\_g4](https://www.youtube.com/watch?v=oPCVm53a_g4)



---

ROSADO-NUNES, Maria José. Gênero: uma questão incômoda para as religiões. In. SOUZA, Sandra Duarte de; SANTOS, Naira Pinheiro dos (Orgs.) **Estudos Feministas e Religião: Tendências e Debates**. Curitiba: Ed. Prisma. 2014..

SCOTT, Joan. Gênero: uma Categoria Útil de Análise Histórica **Educação e Realidade**. 20 (2), p.71-99, 1995.

SOUZA, Fabiana Cristina. Gênero e Infância: a noção de alteridade nas representações sociais de meninos e meninas. **Revista Educação e Linguagem**, v. 18, p. 149-169, Jul/Dez. 2008.